

Campos Verdes-GO e o garimpo de esmeraldas: território, desenvolvimento local e desterritorialidade

Campos Verdes-GO and the garimpo de esmeraldas: territory, local development and deterritoriality

Campos Verdes-GO y minería esmeralda: territorio, desarrollo local y deterritorialidad

Recebido: 05/05/2022 | Revisado: 14/05/2022 | Aceito: 14/05/2022 | Publicado: 21/05/2022

Antonio Pasqualetto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8639-6725>
Pontifícia Universidade Católica, Brasil
Instituto Federal de Goiás, Brasil
E-mail: profpasqualetto@gmail.com

Fudio Matsuura

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0467-6871>
Instituto Federal de Goiás, Brasil
E-mail: fudio.matsuura@gmail.com

Ubirajara de Lima Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5822-8620>
PIKI GO, Brasil
E-mail: ubirajara@pikigo.com.br

Resumo

Objetivou-se analisar a descoberta de esmeraldas, a ocupação do território e o surgimento da cidade de Campos Verdes, marcado pelo desenvolvimento econômico local no auge da exploração de esmeraldas e posteriormente, a sua decadência e o esvaziamento da cidade. O arcabouço teórico desta pesquisa teve como fundamento os conceitos de território e desterritorialidade e suas dinâmicas, bem como, o de desenvolvimento local. Assim, foi realizada pesquisa descritiva, de caráter qualitativo e pesquisa de campo, com aplicação de questionários, a fim de observar como as populações dessas localidades percebem historicamente o território e o desenvolvimento econômico local – ou não – oriundo do garimpo. Os resultados demonstraram que o garimpeiro, devido ao caráter temporal das minas de exploração, rompe com a lógica de fixação no território, gerando esvaziamento das cidades e regiões quando o garimpo entra em crise. Esses processos levam ao questionamento da noção de desenvolvimento associada à atividade mineradora, já que esta apresenta caráter predatório e de alto risco ambiental, incompatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; Garimpo; Território; Desterritorialidade.

Abstract

The objective was to analyze the discovery of emeralds, the occupation of the territory and the emergence of the city of Campos Verdes, marked by local economic development, at the height of emerald exploration and later, its decay and the emptying of the city. The theoretical framework of this research was based on the concepts of territory and deterritoriality and its dynamics, as well as that of local development. Thus, descriptive research of qualitative character and field research was conducted, with the application of questionnaires, to observe how the populations of these localities historically perceive the territory and local economic development – or not – from the mining. The results showed that the prospector, due to the temporal nature of the exploration mines, breaks with the logic of fixation in the territory, generating emptying of cities and regions when the mining enters crisis. These processes lead to the questioning of the notion of development associated with mining activity, since it presents a predatory character and high environmental risk, incompatible with sustainable development.

Keywords: Local development; Mining; Territory; Deterritoriality.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar el descubrimiento de esmeraldas, la ocupación del territorio y el surgimiento de la ciudad de Campos Verdes, marcado por el desarrollo económico local, en el apogeo de la exploración de esmeraldas y posteriormente, su descomposición y el vaciado de la ciudad. El marco teórico de esta investigación se basó en los conceptos de territorio y deterritorialidad y su dinámica, así como, en el de desarrollo local. Así, se llevó a cabo una investigación descriptiva de carácter cualitativo e investigación de campo, con la aplicación de cuestionarios, con el fin de observar cómo las poblaciones de estas localidades perciben históricamente el territorio y

el desarrollo económico local – o no – de la minería. Los resultados mostraron que el prospector, debido a la naturaleza temporal de las minas de exploración, rompe con la lógica de fijación en el territorio, generando vaciado de ciudades y regiones cuando la minería entra en crisis. Estos procesos conducen al cuestionamiento de la noción de desarrollo asociada a la actividad minera, ya que presenta un carácter depredador y alto riesgo ambiental, incompatible con el desarrollo sostenible.

Palabras clave: Desarrollo local; Minería; Territorio; Deterritorialidad.

1. Introdução

A esmeralda é uma gema da classe dos silicatos, espécie mineral berilo, com fórmula química $\text{Be}_3\text{Al}_2\text{Si}_6\text{O}_{18}$ (Carvalho et al., 2018)

A descoberta de esmeraldas na fazenda São João localizada e distante 22 km da cidade de Santa Terezinha de Goiás deu origem a ocupação desordenada a partir da década de 1980, sendo esse considerado o período áureo do garimpo na região. O processo é característico de cidades ocupadas por atividades mineradoras onde ocorre aglomeração de pessoas em busca de conquistas e independência financeira, seguida de desenvolvimento econômico local no auge da exploração e posteriormente o esvaziamento do território, com a decadência do garimpo.

Portanto, pesquisa sobre os conceitos de territorialidade e desterritorialidade e suas dinâmicas no desenvolvimento local, permitem traçar relação entre mobilidade espacial e territorialidade. As pesquisas se estenderam junto às ciências humanas e sociais, como a área da Geografia, Antropologia, História e Sociologia, ressaltando que o território consiste em uma construção social acionada por interesses humanos, voltados, sobretudo, para a energia e a informação, que, no mundo moderno, representam bens de consumo. Essa realidade aproxima território e economia, bem como territorialidade e desenvolvimento local.

Neste sentido, objetivou-se avaliar o município de Campos Verdes-GO e o garimpo de esmeraldas: o território, desenvolvimento local e a desterritorialidade.

Para análise do objeto de estudo, Campos Verdes - GO, foram abordados autores como Zapata et al., Dallabrida, Siedenberg e Fernández, Aydalot, Oliveira et al., Cocco e Galvão para fundamentar o desenvolvimento econômico local. E aos autores Furtado, Vieira, Póvoa - Neto, Brito, Silva, Palacin - Moraes e Leme, com estudos sobre cidades ocupadas por atividades mineradoras e suas características no desenvolvimento local e a crise na mineração.

A metodologia envolveu suporte conceitual de teorias em referências bibliográficas de vários autores como Haesbaert, Rastzel, Candioto e Santos, Faria e Rosselvelt, Saquet, Raffestin, Fuini, Andrade e Theis, para análise de território, territorialidade e desterritorialidade.

Finalmente, fez-se a análise e montagem de gráficos de dados sócio-econômicos obtidos com a pesquisa *in loco* com a aplicação de questionários junto à população, registros fotográficos da mineração e seus impactos causados ao meio ambiente, na economia, desenvolvimento local e infraestrutura da cidade, demonstrando os momentos de apropriação, ocupação, desenvolvimento local e o esvaziamento do território no período compreendido entre 1980 e 1990.

Estabeleceu-se relação entre território, desterritorialidade e desenvolvimento econômico local e identificou-se acontecimentos marcantes e as suas consequências que o garimpo de esmeraldas proporcionou ao município de Campos Verdes-GO.

1.1 Território, desenvolvimento local e desterritorialidade

São abordados conceitos e atribuições de autores sobre território, desenvolvimento local e desterritorialidade.

Segundo Haesbaert (2004), o território tem sua origem etimológica refere-se ao domínio da terra, direito de posse, e que se materializa por meio de relação afetiva. Oriundo da geografia e foi desenvolvido por Friedrich Ratzel (2010).

Para Candiotto e Santos (2009) a contribuição de Ratzel está em vincular o território como imprescindível para alcançar objetivos políticos, dada sua relevância na constituição do Estado-Nação.

Faria e Rosselvelt (2010) evidenciam que o território pode ser entendido a partir de duas conotações diferentes, ou seja: da materialidade em que o território está conjugado à legalidade e à política. É neste caso a propriedade. A outra conotação refere-se ao simbólico, ou seja, pela apropriação, relaciona-se ao vivido.

Saquet (2015) afirma que o território é espaço temporal produzido pelas relações de poder engendradas por determinado grupo social. Para o autor as forças econômicas, políticas e culturais relacionadas entre si efetivam um território.

Embora o território seja conceito central na Geografia, é investigado de forma multidisciplinar no âmbito das demais ciências sociais organizando aporte teórico que orienta a trajetória desde a ocupação e o desenvolvimento local do município de Campos Verdes, com a exploração do garimpo de esmeraldas, na década de 1980, desencadeando um processo de caráter social, político e econômico no município.

Na Geografia contemporânea, o “território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais” (Raffestin, 1993, p. 7-8). Raffestin (1993) utilizou o conceito de território como:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder (Raffestin, 1993, p. 144).

Haesbaert (2004) destaca o poder como elemento central do conceito de território, percebendo-o como “um espaço sobre o qual se exerce um domínio político, e como tal, um controle do acesso” (p. 168).

Fuini (2015) afirma que os elementos econômicos, produtivos e culturais permitem a saída de uma visão do território apenas do ponto de vista político e histórico para uma concepção que internaliza “[...] a pluralidade e multiescalaridades das formas de apropriação do espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais” (Fuini, 2015, p. 139).

O autor destaca a relevância dos estudos de Haesbaert (2004, 2014) de que o território é construído como relação de poder em várias dimensões e que incidem em diferentes escalas e importa caracterizar os processos que dão sentido e valor aos territórios como constructos sociais e culturais em certas bases materiais: a inserção e apropriação, a territorialização e a desterritorialização, como desenraizamento e mobilidade, além de se preocupar como as relações de construção de identidades múltiplas - as territorialidades.

Na Ciência Política, o entendimento das relações de poder e do papel do Estado, ou como fonte de recursos, tal qual é visto nas Ciências Econômicas. Na Antropologia que explicita a dimensão simbólica. Na Sociologia seu papel nas relações sociais.

Saquet (2015) afirma que o Brasil, tem-se reforçado consideravelmente, nos estudos da geografia, sociologia, economia e antropologia centrados nos conceitos de território e territorialidade. Já que como afirma Haesbaert (2004, p. 20), “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial”.

A relação entre identidade e território é tão forte como afirma Costa & Costa (2008) que toda identidade implica numa territorialização, assim como a territorialização permite a permanência indenitária.

Andrade (1995), a territorialidade pode ser definida como um processo subjetivo de conscientização e sentimento da população de fazer parte de um território, de integrar e criar confraternização entre elas. Destaca-se também nesse sentido a desterritorialidade como consequência do território e, de nova unidade de gestão que modifica o espaço não conquistado, formando novas territorialidades ou reterritorialidades, sugerido novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território.

Através do conceito de território e desterritorialização que este estudo propõe desenvolver análise sobre a ocupação território da fazenda, o desenvolvimento local e a crise do município de Campos Verdes-GO com a exploração do garimpo, imersos nas relações de “dominação ou de apropriação da sociedade-espaço, que ao longo de um continuum vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004, p. 95-96).

O autor propõe agrupá-las sob três dimensões: 1) Política – refere-se às relações entre espaço e poder em geral, assim como as já institucionalizadas jurídico-politicamente, em que o território se constitui em espaço delimitado, com fronteiras definidas, vinculado, principalmente, ao poder político estatal. 2) Cultural ou simbólico-cultural – o território é analisado a partir da dimensão simbólica e subjetiva como resultado da apropriação e valorização do espaço vivido. 3) Econômica – o território é visto como fonte de recursos e incorporado aos conflitos das classes sociais e na relação entre capital e trabalho (Haesbaert, 2014).

Também no território, pode ser evidenciada a desterritorialidade. Para Haesbert (1995) citado por Silva (2002) a desterritorialização significa o rompimento tanto simbólico com a destruição dos símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material -político e ou econômico, para a destruição de antigos locais, fronteiras econômicas e políticas de integração.

A desterritorialidade, como consequência do território e de uma nova unidade de gestão que modifica o espaço não conquistado, formando novas territorialidades ou reterritorialidades, o que sugere novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território.

Sales e Gualberto (2019) reforçam este entendimento na análise do artigo “Concepções de território e territorialidade no antigo norte goiano”.

O estudo sobre desenvolvimento local na perspectiva do território é compartilhado por estudiosos da área. Zapata et al. (2001) afirmam que o fomento às atividades produtivas é um dos objetivos do desenvolvimento local, e que, exige processo de concertação no sentido de articular as políticas públicas específicas e adequadas aos sistemas locais. Há o entendimento das dinâmicas de desenvolvimento local, caracterizado pelo espaço social e as relações de poder neles existentes dentro do território.

Nesse sentido evidencia as principais abordagens teóricas que enfocam a temática do desenvolvimento a partir da perspectiva territorial, e assim enfoca as vertentes globalista e regionalista do chamado novo regionalismo. Ampara-se, ao mesmo tempo, nas leituras de Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004) ao reafirmarem que é possível vislumbrar um cenário de respostas aos desafios da territorialização do desenvolvimento, desde que sejam priorizados os enfoques das abordagens regionalistas que reafirmam a relação entre os padrões de organização sócio territorial, inovação e desenvolvimento.

Aydalet (1985) afirma que o território, nesta perspectiva, representa o elemento organizativo das propostas de melhoria local. É no território que serão evidenciadas as políticas que visam a promover dinâmicas locais tomando como critério organizativo o território e suas territorialidades.

Para Oliveira et al. (2014) pode-se definir o desenvolvimento local como sendo o conjunto de diversas dinâmicas que se relacionam (social, econômica, política e cultural), atuantes em um território demarcado por características próprias que induzem mudanças qualitativas naquela estrutura.

Para Cocco e Galvão (2001, p. 83) o desenvolvimento local deve “apostar seriamente na recomposição do econômico e do social, na construção material de uma sociedade civil que seja o fruto de um espaço público e comum”.

1.2 Cidades mineradoras em Goiás

No Brasil, a atividade mineradora desempenhou um importante papel econômico a partir do início do século XVIII, com a interiorização da ocupação territorial do domínio português. Os efeitos demográficos mais visíveis dessa interiorização estavam relacionados com a expressiva migração populacional da mão de obra escrava vinda do Nordeste e de imigrantes portugueses portadores de poucos recursos, pois, como o ouro extraído era de aluvião, exigia investimentos de pequena monta (Furtado, 2005).

O transporte do ouro das áreas produtoras (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) até o litoral (Rio de Janeiro e Salvador) e o seu abastecimento de bens e mercadorias requeriam animais de carga, criados e comercializados em outras porções do território (Rio Grande do Sul, Paraná, sul do Mato Grosso, São Paulo e em estados do Nordeste).

Essa atividade, no entanto, apresenta-se de forma contraditória. Se, por um lado, traz prosperidade, gerando desenvolvimento local, por outro, caracteriza-se como atividade incerta, de fluxo sazonal, acarretando consequências negativas ao desenvolvimento local onde se dá.

Póvoa-Neto (1997) afirma que muitos garimpos ou currutelas, constituído de pequenos arraiais compostos por garimpeiros na entrada de terras virgens para onde se deslocam à procura de diamantes, evoluíram e se constituíram em núcleos consolidados, alcançando, às vezes, à condição de novos municípios. Essa é a realidade do garimpo de esmeraldas de Campos Verdes, que antes pertencia ao município de Santa Terezinha de Goiás. O “garimpo”, como era chamado de currutela, emancipou-se, tornando-se município.

Conforme Póvoa-Neto (1997), são exemplos de garimpos consolidados: os de diamante, localizados no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), na Chapada Diamantina (Bahia) e no Alto Vale do Araguaia (Goiás e Mato Grosso); os de ouro, em Poconé (Mato Grosso), Crixás e Minaçu (Goiás); os de esmeralda, em Campos Verdes (Goiás), Nova Era (Minas Gerais) e Carnaúba (Bahia). O autor afirma ainda que os garimpos consolidados tiveram início nos anos 1980, e os que foram retomados apoiaram-se em novas bases.

Percebe-se que ocorre nos garimpos um processo de desenvolvimento desordenado no momento áureo das minas. A população atraída pela possibilidade de enriquecimento rápido, desloca-se de várias partes do país. Essa população crescente e sem emprego acarreta, para a área do garimpo, uma ocupação irregular, com a construção de habitações precárias e, muitas vezes, sem serviços de água e esgoto, gerando áreas de risco social.

Vieira (2011) afirma que as cidades ocupadas pela atividade mineradora crescem sem planejamento territorial e não têm como prever os problemas, restando à administração local apenas a tentar saná-los. Sendo assim, cabe ao município o desafio de criar estratégias para o enfrentamento da nova realidade, composta por população flutuante, com alta rotatividade e falta de vínculo local das pessoas.

Outra característica marcante das cidades mineradoras é que, em sua maioria, não estão preparadas para enfrentar os danos ambientais. A atividade mineradora não possui planejamento ambiental sustentável na maioria das vezes, o que provoca danos ao meio ambiente. Verifica-se que é no decorrer do processo de extração mineral que se busca opções para enfrentar a problemática ambiental. Soma-se a isso, a poluição de córregos e solos, provocada pela lavagem do minério (Brito, 2012).

Salienta-se que, uma vez que os empreendimentos minerários causam impactos ambientais negativos ao meio ambiente sob formas de poluição, o poder público deve determinar métodos ambientais para mitigar a poluição das águas, do ar, ruídos e vibrações, os quais as empresas devem atender (Rodrigues, 2018).

Para Silva (2002, p. 111), a febre de ouro e a captura do gentio, cuja escravidão precedera naturalmente a dos africanos, despertaram, na capitania de São Paulo, uma cobiça imensa. A província de Goiás foi descoberta e povoada por aventureiros que só procuravam riquezas, sejam elas por meio de gentios ou pela descoberta de jazidas minerais.

Em Goiás, esse ciclo iniciou-se com a descoberta feita pela bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”, que encontrou córregos auríferos na região da Serra Dourada, onde foi fundado o arraial de Sant’Anna, depois chamado de Vila Boa, atual Cidade de Goiás.

De acordo com Palacín e Moraes (1994), o povoamento determinado pela mineração de ouro é o povoamento mais irregular e mais instável, sem planejamento, sem ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação, e quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar, e a povoação define ou desaparece.

A vinda de outros exploradores para a região de Goiás deu origem à criação de Meia Ponte (atual Pirenópolis), Crixás, São José do Tocantins (atual Niquelândia), Guarinos e Pilar de Goiás, que surgiram com a expansão das descobertas para o norte do atual território de Goiás, a partir da Serra dos Pirineus, no Rio das Almas, até alcançar os Rios Maranhão e Tocantins.

O crescimento contínuo da produção de ouro gerou a demanda por um aparato administrativo mais estruturado pela Coroa, o que a levou à decisão pela autonomia de Goiás em relação à Capitania de São Paulo. Assim, em 1749, instalou-se o primeiro governo da nova Capitania, época em que esta alcançou o apogeu da sua produção aurífera. A fase de decadência começou a partir de 1780, quando a agropecuária assumiu o protagonismo na economia goiana (Silva, 2002).

Importa mencionar que o protagonismo da agropecuária ocorreu nas antigas áreas de mineração. Inicialmente, houve a produção de alimentos agrícolas e a criação de animais. Essas atividades estavam voltadas para a subsistência no entorno dos núcleos urbanos. Posteriormente, adquiriram certa relevância mercantil (SILVA, 2002).

A desigualdade regional entre o Sul e as demais regiões de Goiás acentuou-se com a chegada dos trilhos da Mogiana, inicialmente até Roncador, em 1914, e depois até Anápolis, no centro do estado, em 1935. Enquanto isso, o norte do estado seguia com a sua estrutura produtiva imune às transformações que aconteciam no Sul e no centro (Leme, 2009).

Essa situação começou a se modificar quando o Governo Federal lançou a Marcha para o Oeste, no final dos anos 1930, que teve como um de seus objetivos a criação de colônias agrícolas. A primeira delas, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), foi instalada nas terras férteis de Ceres, atraindo lavradores e migrantes que almejavam possuir suas próprias terras. Esses migrantes foram incentivados a produzir grãos para abastecer a indústria da região Sudeste do país. O crescimento expressivo dessa produção valorizou as terras e gerou conflitos entre colonos, posseiros, grileiros e fazendeiros, o que resultou na expulsão dos colonos da CANG (Leme, 2009).

No final da década de 1940, a alternativa encontrada pelos colonos que saíam da CANG foi deslocar-se para o norte de Goiás, com extensão de terras devolutas, consideradas “livres” para ocupação. No entanto, havia dificuldade em regularizar a posse da terra devido à presença de grileiros e ao conluio com os donos de cartório, o que acabou motivando novos conflitos (Borba; Morais, 2014). Essas condições adversas provocaram a fixação dos colonos em núcleos urbanos, que originaram alguns dos atuais municípios do norte: Barro Alto, Campinaçu, Campinorte e Santa Terezinha de Goiás.

Delimitou-se uma nova região mineradora, com continuidade espacial, envolvendo quinze municípios no norte de Goiás: Alto Horizonte, Barro Alto, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Crixás, Guarinos, Mara Rosa, Minaçu, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Pilar de Goiás, Santa Rita do Novo Destino, Santa Terezinha de Goiás e Uruaçu. Trata-se da Região Mineradora do Norte de Goiás.

Com relação à extração de pedras preciosas, destaca-se o diamante, com principais ocorrências nas regiões sul e sudoeste do estado.

As principais ocorrências de esmeraldas são verificadas nos municípios de Campos Verdes, Itaberaí, Porangatu, Minaçu, Pirenópolis e Mara Rosa. A atividade de garimpagem no município de Campos Verdes foi iniciada em 1981. À época, esse município fazia parte do município de Santa Terezinha de Goiás.

2. Metodologia

2.1 Objeto de estudo

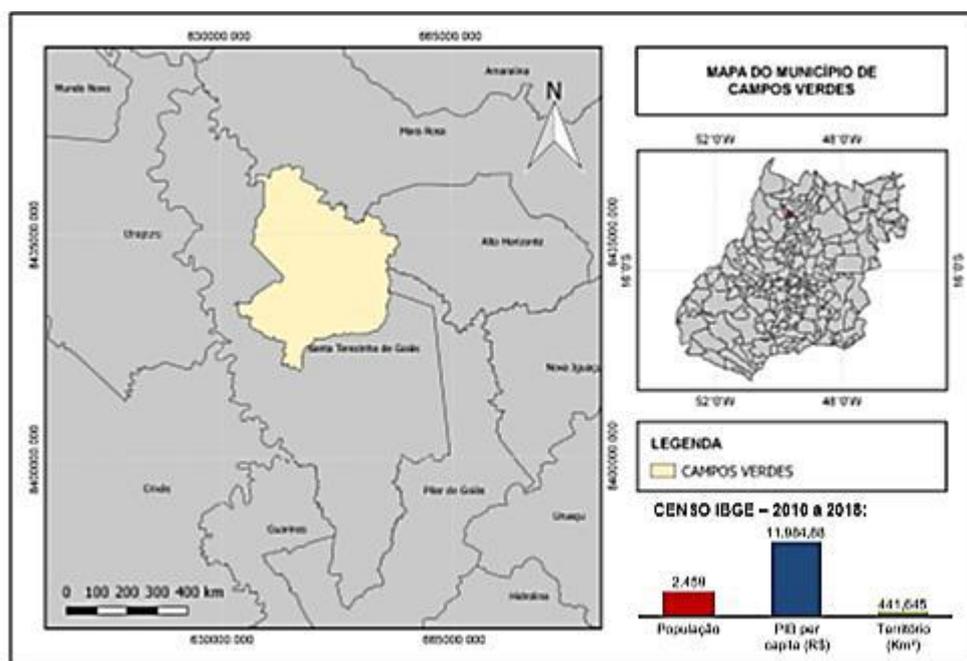
O objeto de estudo e pesquisa foi a cidade de Campos Verdes-GO (Quadro 1 e Figura 1) localizada na Mesorregião do Norte Goiano, a 320 km da capital do Estado.

Quadro 1 – Município de Campos Verdes de Goiás (dados técnicos).

Aspecto	Descrição
Lei estadual de criação	Lei n.º 10.407/87, de 30/12/1987
Localização	Mesorregião Norte Goiano
Área territorial (2017)	441,645 km ²
População estimada (2018)	2.459 pessoas
Distância da Capital	320 km

Fonte: IBGE (2018).

Figura 1 – Mapa do município de Campos Verdes.



Fonte: IBGE (2018).

2.2 Pesquisa bibliográfica

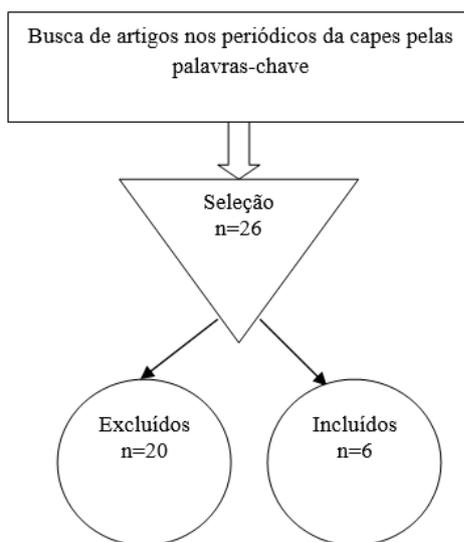
Trata-se de uma pesquisa onde utilizou-se uma revisão sistemática focada ao estudo de caso, visto que a mineração foi o fator determinante da ocupação do território e do desenvolvimento local de Campos Verdes, GO. A natureza qualitativa, do tipo exploratória. A natureza da pesquisa é qualitativa, na medida que se faz uma análise do processo histórico a origem do garimpo e surgimento da cidade, mas também é quantitativa, por considerar o total de respostas em cada quesito formulado.

O método empregado de acordo com Donato & Donato (2019). Previamente fez-se a pergunta de interesse, as bases

de dados a serem analisadas, a combinação das palavras-chave e os critérios de inclusão e exclusão dos artigos para, posteriormente, avaliar, sintetizar e interpretar os dados (Galvão & Pereira, 2014).

A pergunta de interesse foi: *Como a mineração em Goiás interfere nas dinâmicas territoriais?* Para responder a essa pergunta foi realizada a busca nos periódicos da capes de forma a contemplar todos os artigos publicados e que continham em seus títulos a seguinte combinação de palavras-chave vinculadas por operadores booleanos “AND” e “OR”: garimpo OR mining OR mineração AND Goiás. A combinação de palavras-chave e os operadores booleanos, garantem maior precisão da busca (Figura 2).

Figura 2 - Pesquisa de artigos nos periódicos capes.



Fonte: Autores.

Posteriormente realizou-se a triagem dos artigos, registro em planilha bem como os motivos para inclusão ou exclusão. Na sequência, realizou-se a leitura e análise dos títulos, dos resumos e das palavras-chave de todos os artigos relacionados. Esta primeira etapa teve o intuito de verificar se os artigos atendiam aos critérios de inclusão que se propunham a descrever de forma clara a relação entre a mineração ou garimpo e os processos de territorialidade e desterritorialidade em Goiás. Quanto aos critérios de exclusão, os estudos que não foram realizados em território brasileiro e os artigos que não se encontravam disponíveis em texto completo no formato PDF, não foram incluídos. Após a triagem inicial, na segunda etapa procedeu-se à leitura para aprimoramento da seleção.

No Quadro 2 constam os artigos que constituem o “Corpus da Pesquisa” que associados as fontes de documentos locais e demais literaturas dão a fundamentação da pesquisa.

Quadro 2 - Seleção de artigos do Corpus da Pesquisa.

Autores	Revista
Gonçalves, R. J. de A. F. (2019)	Revista de Geografia
Haddad, M. (2016)	Baru
Oliveira, E. da S., Lima, L. O.; Mendonça, M. R. (2019)	Revista Pegada Eletrônica
Oliveira, H. (2016).	História Revista
Sales, T. S.; Gualberto, R. D. (2019).	Holos
Sevilha, F. (2017).	Fronteiras.

Fonte: Autores.

2.3 Investigação a campo

A problemática em questão apontou a necessidade de realizar a pesquisa de campo mediante a aplicação de questionário e a observação in loco, em amostra definida previamente.

O universo ou a população diz respeito ao conjunto de elementos que possuem as características que foram objeto do estudo; e a amostra ou a população amostral é parte do universo escolhido, sendo selecionada com base no critério de representatividade (Vergara, 2007). Neste estudo, o universo de pesquisa refere-se a pessoas residentes no município de Campos Verdes e que responderam aos questionários num total de 55 pessoas. Considerou-se para a definição da amostra da pesquisa o número de habitantes dos municípios. Em 2018, de acordo com os dados do IBGE (2018), Campos Verdes possuía 2.459 habitantes, logo, a amostra correspondeu a 2,2% da população. Segundo calculadora amostral (COMENTTO, 2018), para nível de confiança de 90%, a amostra mínima seria 43 pessoas. Deste modo, a amostragem realizada superou a estimada.

No questionário foram definidas três dimensões de análise: 1 – A territorialidade: ocupação da fazenda; 2- Desenvolvimento local: Campos Verdes; 3 - Desterritorialidade local: A decadência de esmeraldas.

Os resultados foram apresentados em figuras e analisados à luz da literatura.

3. Resultados e Discussão

3.1 Campos Verdes: de povoado “garimpo” a território.

O processo de formação histórica da Capitania de Goiás está intimamente ligado à mineração (Sevilha, 2017).

Após a implantação do Estado Novo, em 1930, surgiu a preocupação de integrar o território nacional. É a partir daí que Goiás foi inserido no planejamento federal (Haddad, 2016)

A história de Campos Verdes está ligada à mineração e ao descobrimento de esmeraldas, com a formação do povoado, que naquela época pertencia ao município de Santa Terezinha de Goiás (Matsuura et al., 2020). O Garimpo, como ficou conhecido, contou com população flutuante de até 20.000 pessoas (Figura 3), dando origem à população fixa de aproximadamente 17.000 habitantes (Nascimento, 2009). Todos dependiam de Santa Terezinha de Goiás, e o capital oriundo da extração da esmeralda ficava para esse município.

A população numerosa, a alta renda do garimpo e a dependência de Santa Terezinha de Goiás de prestação de serviços foram motivos suficientes para justificar a emancipação da região do garimpo. Assim, em 1987, foi realizado plebiscito e o total de “sim” para a emancipação foi de 90%. O Garimpo passou a ser chamado de Campos Verdes, uma alusão à grande quantidade de esmeraldas na região, tornando-se município pela Lei n.º 10.401, de 30 de dezembro de 1987 (Silva, 2006).

Figura 3 - A cidade Campos Verdes, GO.



Fonte: Autores (2019).

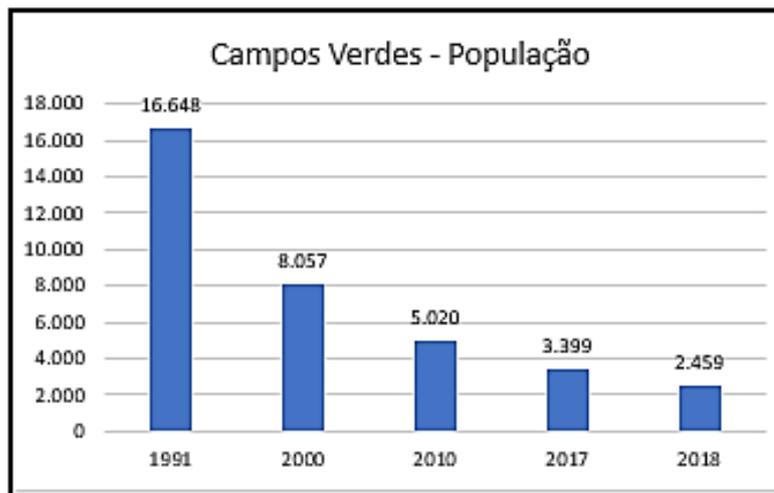
Essa região viveu período áureo de extração de esmeraldas durante dez anos. Contudo, seu crescimento ocorreu de forma desordenada, devido à onda de trabalhadores atraídos ao local, em sua maioria, aventureiros, sem qualquer qualificação (Nascimento, 2009). As técnicas utilizadas na exploração de esmeraldas eram rudimentares, levando em consideração o baixo poder aquisitivo dos garimpeiros. As técnicas predatórias de garimpagem acabaram por reduzir, drasticamente, a exploração das esmeraldas (Silva, 2006).

À medida que o garimpo se tornou conhecido, despertou a atenção das grandes empresas de mineração, com tecnologias mais eficientes. Essas empresas passaram a ocupar o lugar do garimpeiro tradicional que ali tinha se estabelecido. Aos garimpeiros, restou se empregarem nessas empresas, que dispunham de condições tecnológicas e financeiras para extraírem pedras em grandes profundidades (Nascimento, 2009), parte deles migrou para outras localidades, com redução considerável da população no município.

As pedras, que tinham conferido o título de Capital das Esmeraldas para Campos Verdes, passaram a ser motivo de tristeza e desencanto aos moradores. Silva (2006) afirma que, após o período áureo (década de 1980), a cidade passou a viver a síndrome do “já teve”. Esse processo de decadência pode ser percebido por meio da redução da população do município. Na década de 1980, período áureo da exploração de esmeraldas, Campos Verdes possuía população de aproximadamente 30.000 habitantes. Desses, 25.000 concentravam-se na zona urbana, e 4.000, na zona rural. Esse número permaneceu até meados da década seguinte (Silva, 2006).

O censo demográfico da população de Campos Verdes só foi realizado após uma década de instalação do garimpo na região. Os números apresentados no período de 1991 a 2018 evidenciam o decréscimo significativo na população, conforme Figura 4.

Figura 4 - População de Campos Verdes - Goiás – 1991 a 2018



Fonte: IBGE (2018).

Em Campos Verdes, no período de 1991 a 2018, houve diminuição significativa da população. Isso ocorreu devido à redução da oferta de empregos, à falta de assistência técnica e social por parte do poder público e de opções em outras atividades econômicas.

Segundo Macedo (2000), as cidades que crescem devido à extração de garimpo estão sujeitas à decadência quando o minério diminui, pois este é finito, e o garimpeiro, transitório, pois não fixa morada onde não há nada para extrair. Assim, “a cidade que viveu em torno do diamante, à medida que ele se esgota se desfaz, com a mesma velocidade com que foi edificada, entra em decadência” (Macedo, 2000, p. 50).

Nesse contexto, o meio ambiente também foi muito afetado (Figura 5).

Figura 5 - Danos ambientais da extração de esmeraldas em Campos Verdes, GO.



Fonte: Autores (2019).

Um problema oriundo do período da mineração é escavações profundas das minas, que estão abandonadas dentro da cidade de Campos Verdes, e podem desabar a qualquer momento, levando a população que mora nas proximidades a temer pela própria vida.

Naquela época os efeitos desastrosos que o garimpo poderia causar à região não eram considerados; o que importava

era o volume de dinheiro que circulava no município. Na lavagem do xisto para se extrair as esmeraldas, produzia-se resíduos que sedimentavam e aterravam o leito dos córregos, rios e nascentes, comprometendo sua existência.

No tocante às questões sociais, faltou planejamento desde o início do Garimpo. A violência física aumentou bastante à época, tanto que a Polícia Federal proibiu qualquer tipo de bebida alcoólica e até mesmo a entrada de mulheres separadas dentro do Garimpo. A entrada de mulher só era permitida com a presença do marido (Brito, 2012).

Em termos sociais, Campos Verdes não fugiu à regra. A atividade garimpeira foi responsável pelo povoamento do município. No início, a cidade movimentou-se, vibrou em torno das esmeraldas, com a ampliação do consumo, a circulação de dinheiro, a construção do aeroporto, de escolas e hospitais. Com a decadência do garimpo, o município enfrentou a sua pior crise financeira e social. “O processo de empobrecimento dessa região reflete o empobrecimento de todas as atividades econômicas” (Macedo, 2000, p. 50).

A atividade garimpeira contribuiu para o superpovoamento do Garimpo. Inúmeros comerciantes instalaram-se no local, contribuindo na formação do município de Campos Verdes. Mesmo com o declínio dessa atividade e diante de dificuldades enfrentadas, muitas pessoas permaneceram no local “por acreditarem que ainda existem filões de esmeraldas a explorar” (Silva, 2006, p. 60).

Ao observar a história da mineração nesse município, fica clara a importância do conceito de território nesta discussão, a fim de se verificar o uso que os indivíduos fazem do território ao longo do tempo. Neste sentido, a pesquisa de campo contribuiu para tomar a população desses locais como protagonista e construtora de seus municípios, que são vistos como sistemas territoriais, ou seja, como produtos e produtores de bens.

3.2 Análise das dimensões

3.2.1 A dimensão 1: Territorialidade: ocupação da fazenda

Para a análise e comentários das respostas dos questionários aplicados, foram citados somente o índice de porcentagem predominante, após os devidos levantamentos finais e montagem dos gráficos.

Sobre a chegada dos garimpeiros, a maioria dos entrevistados relata majoritariamente entre 1980 e 1981, com índices de 27,27% e 61,82%, respectivamente; para 76,36%, das respostas, a vinda de garimpeiros à região ocorreu de forma rápida, no processo de imigração, 74,55% de pessoas de diversas regiões foram para o local. Para 63,64%, os garimpeiros teriam invadido a fazenda e 58,18% apontaram que o local foi loteado (Figura 6).

Esses números ratificam a perspectiva de que o território é uma construção social e, como tal, é territorializado pelas populações que o ocupam. Ao mesmo tempo, percebe-se a reterritorialidade, ou seja, a mudança na apropriação social que se fez desse espaço, o que foi confirmado por dados levantados junto ao IBGE, 2018, que mostra pico populacional com contingente de 16.648 habitantes em 1991.

Por um período de dez anos, ocorreu crescimento rápido e desordenado na região, acompanhado de onda de trabalhadores, constituída, em sua maioria, de retirantes e aventureiros, “sem as devidas qualificações técnicas, e muito menos com equipamentos adequados. Até então, as esmeraldas se encontravam próximas à superfície” (Nascimento, 2009, p. 33).

Acerca da qualidade de vida dos garimpeiros, 87,27% afirmaram que eles viviam em casas de lona preta. Os baixos índices de qualidade de vida durante o período do garimpo fazem-se ainda mais presentes quando são abordados aspectos relacionados com o fornecimento de serviços de água, esgoto e energia elétrica: 63,64% afirmaram que esses serviços não existiam;

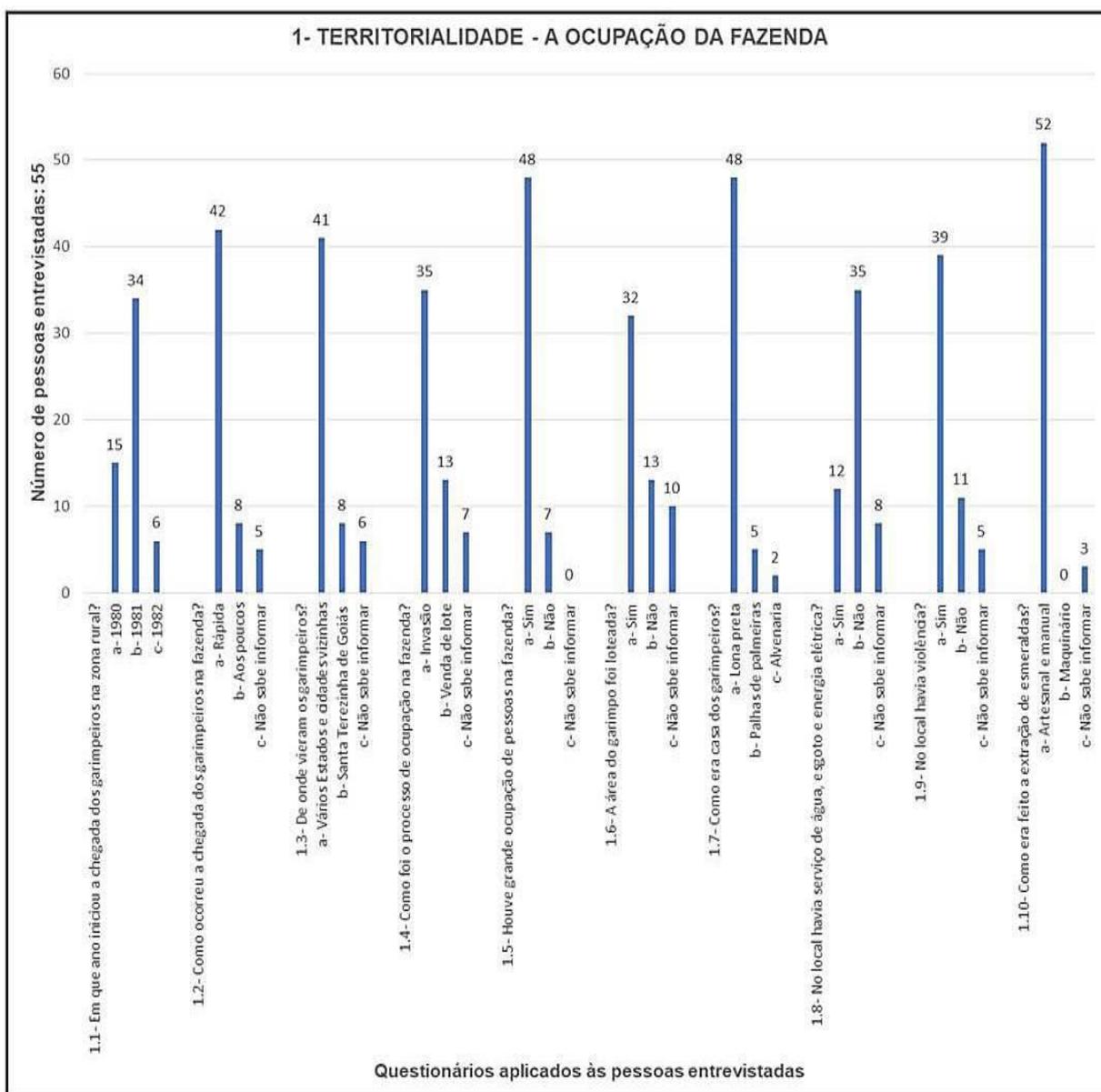
Sobre violência, 70,91% dos entrevistados declararam haver. A essas baixas condições sociais pode-se acrescentar a precariedade na extração das esmeraldas, que era realizada de forma manual para 94,55% dos entrevistados.

Os dados até aqui apresentados põem em dúvida a relação entre desenvolvimento local e montagem do garimpo, pois

evidenciam baixa qualidade de vida entre os moradores do garimpo bem como o fornecimento precário de serviços básicos.

Póvoa-Neto (1997) afirma que muitos garimpos ou curruetas, constituídos de pequenos arraiais compostos por garimpeiros na entrada de terras virgens para onde se deslocam à procura de diamantes, evoluíram e se constituíram em núcleos consolidados, alcançando, às vezes, à condição de novos municípios. Essa atividade, traz prosperidade, gerando desenvolvimento, mas é de caráter temporal de exploração devido a limitação da reserva de seus recursos minerais naturais (Vieira, 2011).

Figura 6 - Territorialidade: a ocupação da fazenda, Campos Verdes, GO. 2019



Fonte: Autores (2019).

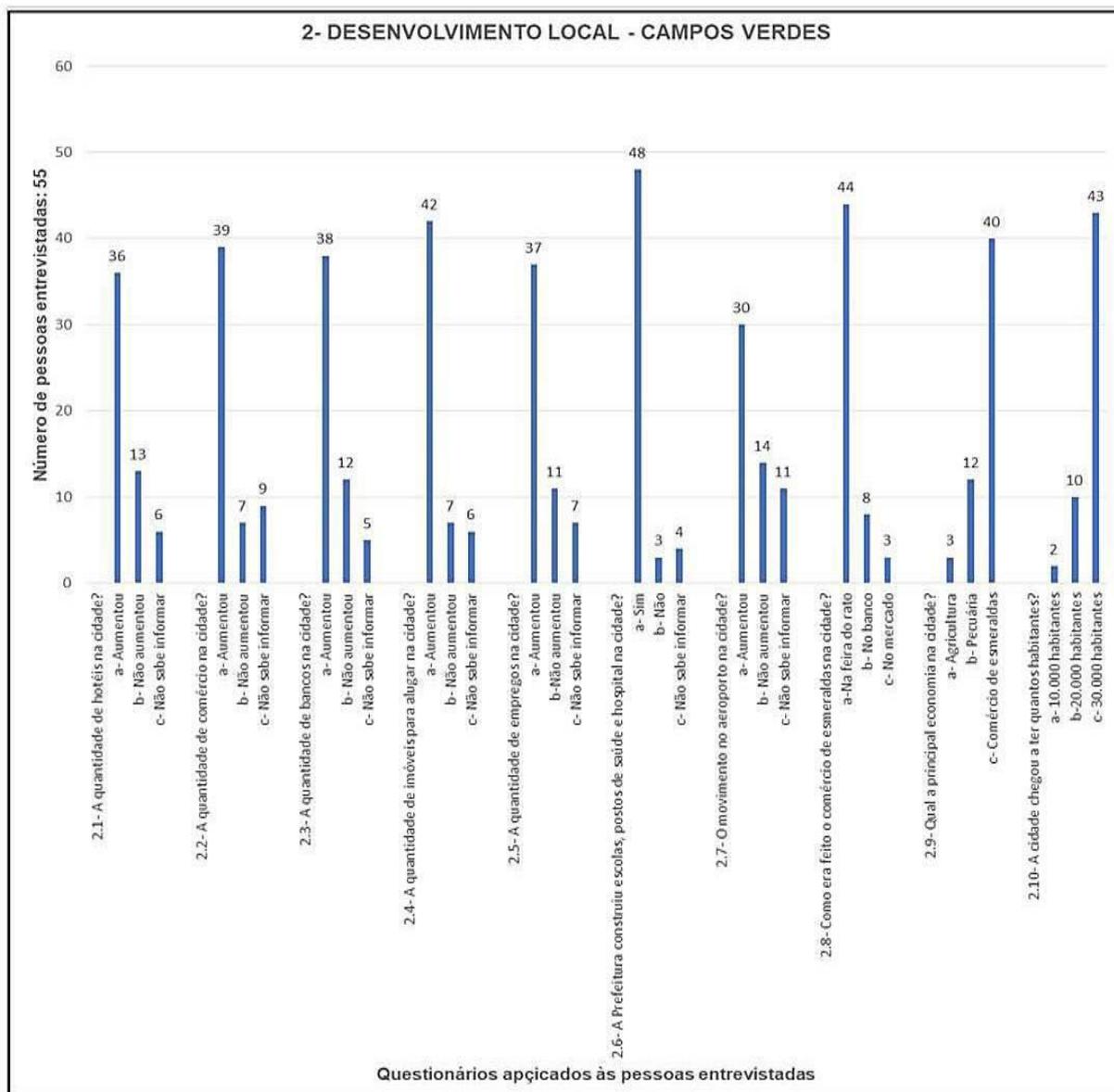
3.2.2 A dimensão 2: Desenvolvimento local: Campos Verdes

Para 65,45% dos entrevistados a quantidade de hotéis aumentou; 70,91% entendem que o comércio se ampliou; e 69,09% disseram que o número de agências cresceu. Os imóveis para alugar, 76,36% afirmaram ter-se elevado. Também 67,27% perceberam maior oferta de emprego e para 87,27%, a Prefeitura construiu escolas, postos de saúde e hospitais na

cidade (Figura 7).

O crescimento potencializou o número de pessoas circulantes em Campos Verdes. Acerca do movimento no comércio de esmeraldas, 80% responderam que essa comercialização ocorria na Feira do Rato. Nesse período, o comércio de esmeraldas consistiu na principal atividade econômica da cidade, fato esse confirmado por 72,73%. Para a maioria dos pesquisados, 78,78%, no período áureo da mineração, o número de habitantes no município chegou a 30.000.

Figura 7 - Desenvolvimento local: Campos Verdes, GO. 2019



Fonte: Autores (2019).

Os resultados apresentados amparam-se na concepção de território como espaços geográficos onde se desenvolvem economias de aglomeração – como exemplo, o garimpo –, não se limitando, necessariamente, às divisões administrativas municipais. Esses espaços são caracterizados pelo conjunto de recursos materiais (a exploração de esmeraldas) que formam as estruturas econômicas, sociais e políticas, e pelas relações estabelecidas entre poderes públicos, privados (empresas) e outras instituições que atuam nessas localidades.

O fomento às atividades produtivas é um dos objetivos do desenvolvimento local, o que exige certo processo de concentração, com o objetivo de articular e conciliar as políticas públicas específicas e adequadas aos sistemas locais (Zapata et al., 2001).

Estudo de Oliveira et al. (2019) em Faina, GO demonstra o processo de formação territorial considerando as sucessivas formas de uso e ocupação. Os dados secundários dão destaque ao papel das políticas governamentais oriundas da Metais Goiás S.A (METAGO).

O aumento da oferta de serviços poderia significar melhoria da qualidade de vida, aproximando-se novamente da noção de desenvolvimento, ainda que essa situação fosse negada no momento de ocupação da Fazenda São João e a consequente montagem do garimpo, como mostrado nas entrevistas.

Conforme Vieira (2011), as cidades ocupadas pela atividade mineradora crescem sem um plano global e não têm como prever os problemas, passando a administração local apenas a tentar saná-los. Sendo assim, cabe ao município o desafio de criar estratégias para o enfrentamento da nova realidade, composta por uma população flutuante, com alta rotatividade e falta de vínculo local das pessoas.

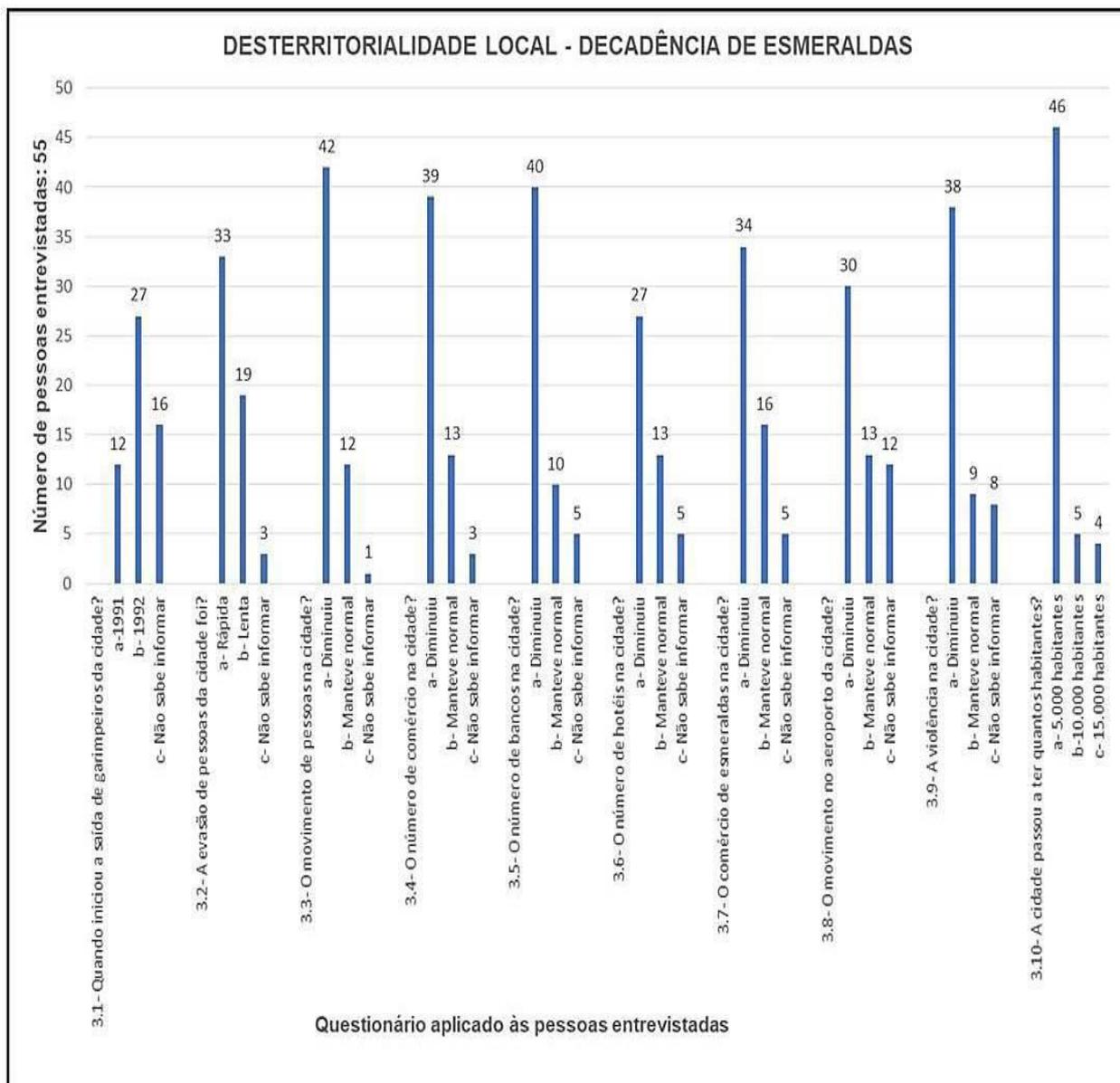
3.2.3 A dimensão 3 – Desterritorialidade local: a decadência do garimpo

Para 49,09% dos entrevistados, a saída dos garimpeiros ocorreu em 1992. Essa evasão teria ocorrido de forma rápida afirmam 60% das respostas. Para 76,36% dos pesquisados, o movimento das pessoas na cidade reduziu no período de decadência do garimpo e o comércio e as agências bancárias, para 70,91% e 72,73, respectivamente, minguaram. No que se refere ao comércio de esmeraldas, na percepção de 61,82% dos entrevistados, houve diminuição durante a decadência desse minério.

Com a saída da maioria dos garimpeiros, houve, conseqüentemente, redução no movimento de pessoas em Campos Verdes, no comércio – tanto de esmeraldas quanto em geral –, no número de agências bancárias e hotéis e na movimentação no aeroporto; bem como queda do número de habitantes e nos índices de violência (Figura 8).

Gonçalves (2019) relata o ingresso da mineração em grande escala, a integração de Goiás nas redes globais extrativas e as implicações territoriais nas distintas formas de organização da vida e do trabalho no espaço agrário goiano. Fernandes Gonçal (2018) descreve que, os grandes projetos de mineração representam a força erosiva do capital mineral na apropriação do subsolo brasileiro, expropriação de comunidades tradicionais e conflitos socioambientais.

Figura 8 - Desterritorialidade local: A decadência de esmeraldas. Campos Verdes, GO. 2019



Fonte: Autores (2019).

O caráter temporal das minas de exploração talvez seja o seu maior problema, uma vez que a mina possui tempo limite de exploração. Desse modo, uma região que vivencia esse processo passa por um período áureo e, em seguida, esvazia-se, tendo como consequências o desemprego e a subutilização da infraestrutura implantada, impactando de forma negativa a economia local (Vieira, 2011).

O Quadro 3 apresenta índices não satisfatórios com relação a empregados e desempregados em várias atividades econômicas em Campos Verdes, no período de 1998 a 2018.

Quadro 3 – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Campos Verdes

	Campos Verdes - economia - empregos - saldo						
	1998	2000	2005	2010	2015	2017	2018
1-Administração Pública	0	0	0	0	0	0	0
2-Extratividade Mineral	2	0	5	-11	2	0	-6
3-Comércio	-2	14	0	0	0	5	8
4-Construção Civil	-22	0	0	0	0	1	-1
5-Indústria de Transformação	0	0	3	0	11	-2	-11
6-Serviços	-14	1	-1	-1	1	-4	0

Fonte: IMB (2018).

O desenvolvimento regional é algo bom que não existe, em favor do que dever-se-iam mobilizar energias, em resposta a algo ruim que existe, isto é, desigualdades (sociais, econômicas, políticas...) entre regiões, as disparidades regionais (Theis, 2019).

De lá para cá, vivem o tempo ruim, o tempo do já teve, segundo eles, o tempo do blefo, das dificuldades e das lembranças dos amigos que se foram em busca de novos garimpos (Silva, 2018, p. 108).

Há várias minas fechadas até que se cumpram todas as normas de segurança e de preservação ambiental para que se possam receber o certificado oficial de funcionamento da mina de esmeraldas.

Reforçam-se as noções de territorialidade, desenvolvimento local e de uso do espaço como assuntos concernentes às ciências sociais, como defende a perspectiva teórica adotada nesta pesquisa por intelectuais como Rogério Haesbaert e Claude Raffestin, entre outros.

Dessa forma, a desocupação do território é vista por Haesbaert e Bruce (2002) para além do debate filosófico direta ou indiretamente, balizados por problemas e questões concretas. Por trás de todo o debate teórico, os autores citam Badie (1995) aqui privilegiado, está a crescente difusão das questões ligadas ao que vulgarmente se denomina “o fim dos territórios” ou, mais amplamente, o enfraquecimento da dimensão espacial na vida social.

Ademais, percebe-se reestruturação do uso do território, marcada pela desterritorialidade e desmontagem do sistema territorial baseado no comércio de esmeraldas. Os trabalhadores nos garimpos são destituídos de vínculos estáveis com a terra e deslocam-se permanentemente na busca de oportunidades para a sobrevivência e ascensão social. Para Macedo (2000, p. 31), “o homem se faz garimpeiro porque é uma profissão fascinante, que embriaga com a ilusão de torná-lo rico da noite para o dia”.

Na atualidade, a busca pela ressignificação do espaço, o resgate cultural e dos valores que conduziram a origem do município de Campos Verdes constituem-se em atividades voltadas para a agropecuária, turismo e eventos culturais, sendo a Feira de Esmeraldas considerada o principal evento da cidade.

Oliveira (2016) traz algumas características da população residentes nas principais vilas existentes em Goiás, onde a atividade econômica dominante podia determinar certos aspectos peculiares da demografia que caracterizam uma sociedade já em transformação nos momentos de transição da atividade mineradora para a pecuária.

4. Conclusão

No decorrer deste estudo evidenciou-se a problemática do processo de territorialização e desterritorialização do município de Campos Verdes, com enfoque para o garimpo de esmeraldas e o desenvolvimento local.

O homem necessita do seu território, do seu espaço, de criar vínculos e ligações com ele - o desenvolvimento local em Campos Verdes, na década de 1980, época áurea da exploração do garimpo de esmeralda, seguem a lógica das cidades

mineradoras no Brasil? A pesquisa aponta que o garimpeiro, pelo caráter temporal das minas de exploração, com o desenvolvimento desordenado das cidades e regiões de garimpos, rompe com a lógica de sua fixação no território, e, ocorre o esvaziamento das cidades e regiões garimpeiras quando há crise.

A relação entre mobilidade espacial e territorialidade, com a descoberta das minas de esmeraldas é evidenciada no processo histórico do garimpo de Campos Verdes, que segue a lógica das cidades mineradoras no Brasil, se caracteriza pela vulnerabilidade de ocupação do território, enfrentando problemas ambientais, sociais, econômicos e institucionais. Traz a consequência de profundas mudanças na região, que afetaram o conjunto da sociedade e provocaram alterações no estilo de vida de seus habitantes, com a avalanche de pessoas que se deslocaram para o garimpo, a efervescência econômica, a ampliação do comércio de abastecimento de alimentos, roupas e instrumentos utilizados no garimpo.

Identificou-se que o município Campos Verdes seguiu a lógica das cidades mineradoras no Brasil, ou seja, economia dependente da desta atividade, crescimento rápido e sem planejamento, a existência de população flutuante, o surgimento de novas demandas a serem atendidas, os impactos ambientais e o esvaziamento com a crise do garimpo.

O garimpeiro como nômade, errante, aventureiro... semelhantes qualificações, que evocam um padrão de mobilidade espacial contínua, descrevem apenas parcialmente a realidade atual do garimpo (Povoa Neto, 1997).

O garimpo de esmeralda em Campos Verdes que se constituiu foco de atração para migrantes dos mais diversos pontos do território nacional e o estudo dos movimentos destes trabalhadores permite constatar a existência de situações complexas em termos da relação entre mobilidade espacial e territorialidade, já que existem desde os que estão de passagem, os que são garimpeiros apenas sazonalmente, até os que permanecem no lugar face à ausência de melhores perspectivas de vida e trabalho.

Percebeu-se a relação da tridimensionalidade “sociedade, espaço e tempo” e o impacto da atividade mineradora nos processos de territorialidade e desterritorialidade, ou seja, como o sistema territorial desses locais foi montado em nome da mineração e, posteriormente, desmontado, com a decadência dessa atividade, caminhando do aparente desenvolvimento ao cenário de degradação e abandono a que foi relegada a região.

Fica registrado que no processo de ocupação do espaço, com o fim do auge da mineração houve a desterritorialidade de Campos Verdes, deixando sua economia pautada na agropecuária, comércio modesto, festividades tradicionais e eventos locais.

Há a necessidade de ações dos gestores municipais, estaduais e federais, em promover e dinamizar a economia de Campos Verdes com enfoque na qualidade de vida de seus moradores em satisfação social e econômica.

Sugere-se que trabalhos futuros possam avaliar políticas públicas em ação no município direcionadas especialmente aos temas econômico, social e ambiental.

Agradecimentos

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG e ao Município de Campos Verdes, GO.

Referências

Andrade, M. C. de. (1995) *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

Aydalot, P. (1985). *Economie régionale et urbaine*. Paris: Economica.

Borba, C. A. V.; Morais, S. P. (2014). O teatro do poder e o contrateatro dos posseiros: estratégias e resistências na luta pela terra do norte de Goiás 1950/1964. *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia, (Especial), 353-392. <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/27936/15398>

- Brito, I. B. de. (2012). *Políticas Públicas de Apoio às Famílias Impactadas pela Crise Mineradora em Santa Terezinha de Goiás*. Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Alves Farias, Goiânia.
- Candiotto, Z. P. & Santos R. A. dos. (2009). *Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial* São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Cocco G. & Galvão A. P. (2001). Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: Silveira, C. M. & Reis L. da C. (Orgs.). *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS.
- Comentto Pesquisa de Mercado. (2018). *Calculadora amostral*. <https://comentto.com/calculadora-amostral/>
- Carvalho, A. F.; Cordeiro, J.; Calzans, G. M.; Alvarenga, C. A. De; Quintão, P. L.; Cordeiro, J. L. & Santiago, G. L. A. (2018). Perception of the dwellers of the Capoeirana, municipality of Nova Era (MG), about the socioeconomic and environmental impacts understood by the exploitation of emerald. *Research, Society and Development*, [S. l.], 7(2), e272131. <http://dx.doi.org/10.17648/rsd-v7i2.162>.
- Costa, D. A. S. da & Costa, B. P. da. (2008). Geografia das (micro) territorializações culturais nas praças do centro urbano de Manaus. *Revista do Núcleo de Estudo em Espaço e Representações*. Curitiba. https://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20DianaAylaSilvadaCosta.ED3II.pdf
- Dallabrida, V. R.; Siedenberg, D. R.; Fernández, V. R. (2004). O desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. *Desenvolvimento em Questão*. Ano 2(4), 33-62.
- Donato, H., & Donato, M. (2019). Stages for undertaking a systematic review. *Acta Medica Portuguesa*, 32(3), 227–235. <https://doi.org/10.20344/amp.11923>
- Faria, A. H., Rosselvelt J. S. (2010). *A identidade no urbano: dos territórios às multiterritorialidades dos membros das religiões de matriz africana em Uberlândia, MG*. <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/3969/2956>
- Fernandes Gonçalves, R. (2018). Pilhagem e desenvolvimento destrutivo dos territórios campestres pelos megaprojetos de mineração em Goiás no Brasil. *Roca: Revista Científico - Educaciones de La Provincia de Granma*, 14(5), 131-144.
- Fuini, L. L. (2015). O território como História da Geografia, ou Geografia da História? *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, 1(37),124-130.
- Furtado, C. (2005). *Formação Econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183–184. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742014000100018>
- Gonçalves, R. J. de A. F. (2019). Mineração em grande escala, disputas pelo subsolo e o espaço agrário fraturado em Goiás, Brasil. *Revista de Geografia*, 36(2), 1. <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2019.240063>
- Haddad, M. (2016). A expansão capitalista em Goiás: da incipente mineração ao século XX. *Baru*, 2(1), 71-92. <http://dx.doi.org/10.18224/baru.v2i1.4881>
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2014). *Viver no limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. E Bruce, G. A. (2002). Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. *GeoGraphia*, 4(7).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018). *Dados populacionais*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/santaterezinhadegoias/panorama>
- Instituto Mauro Borges – IMB. (2018). *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Campos Verdes.
- Leme, H. J. C. (2009). Evocações do Brasil central: convivência de temporalidades. In: Steinberger, M. (Org.). *Territórios turísticos no Brasil central*. Brasília: LGE.
- Macedo, M. (2000). *Os garimpos de diamante do Araguaia: Baliza 1922-1960*. Goiânia, GO: UCG.
- Matsuura, F., Pasqualetto, A.; Ferreira, U. L. (2020). Territorialidade e desterritorialidade na história de Santa Terezinha de Goiás." *Mosaico* 13(1), 116.
- Nascimento, I. B. do. (2009). *Problemáticas sócioambientais e implicações à saúde do trabalhador: o caso do garimpo de esmeraldas em Campos Verdes (GO)*. (Dissertação de Mestrado), Universidade de Brasília, Brasília.
- Oliveira, A. G. de; Silva, C. L. da.; Lovato, E. L. (2014). Desenvolvimento local: conceitos e metodologias - políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. *Revista Orbis Latina*, 4(1).
- Palacín, L.; Moraes, M. A. S. (1994). *História de Goiás*. Goiânia: UCG.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.
- Oliveira, E. da S., Lima, L. O.; Mendonça, M. R. (2019). A modernização da mineração em goiás: os efeitos territoriais da exploração de ouro em Faina-GO. *Revista Pegada Eletrônica*, 20(2), 145-69.
- Oliveira, H. (2016). 1804 – A População de Goiás na Transição da Mineração para a Pecuária. *História Revista*, 21(1), 154-187. <https://doi.org/10.5216/hr.v21i1.33600>
- Póvoa Neto, H. (1997). Migrantes, Garimpeiros e seu "Lugar" no Território Nacional Itinerância e Mobilidade Espacial do Trabalho. *GEO/UERG*. Dez(2) <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/21761>

- Ratzel, F. (2010). Sobre a interpretação da natureza. Tradução de Marcos Bernardino de Carvalho. *Geographia*, 12(23), 157-176.
- Rodrigues, T. de P., Cordeiro, J., Calazans, G. M., Santiago, G. L. A., Cordeiro, J. L., & Guimarães, J. C. S. (2018). Perception of the population of Morro do Pilar (MG) on the implantation of a mining enterprise in the municipal. *Research, Society and Development*, 7(5), e375147. <https://doi.org/10.17648/rsd-v7i5.183>
- Sales, T. S.; Gualberto, R. D. (2019). Concepções de território e territorialidade no antigo norte goiano. *Holos*, 2(2), 1-11.
- Saquet, M. A. (2015). Por uma abordagem territorial. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. *Territórios e territorialidades*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Sevilha, F. (2017). História ambiental da Capitania de Goiás: mineração e transformação agroecológica da terra (1726-1822). *Fronteiras*, 1(30).
- Silva, C. N. (2002). *História de Goiás*. Goiânia: AGEPEL.
- Silva, S. A. de F. (2006). *Campos Verdes: Memória, História e Saberes*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO.
- Silva, S. A. de F. (2018). *Campos Verdes: Memória, história e saberes*. Goiânia: Ed Kelps
- Vergara, S. C. (2007). *Método de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Vieira, C. (2011). Cidades Mineradoras. *Revista do IETEC*
- Theis, I. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), 24(3), 334-360. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v24i3.13670>
- Zapata, T. et al. (2001). *Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos*. Rio de Janeiro: Ritz.